

## O Ponto de Mutação e a questão socioambiental

*Alfredo Cesar T. de Oliveira<sup>1</sup>*

O convite que me foi feito para debater o filme “O ponto de Mutação”, baseado no livro de mesmo nome, de Fritjof Capra, na Semana de Arte e Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz, possibilitou a chance de historicizar e problematizar as questões socioambientais para além do conservacionismo ambiental e da sociologia clássica do marxismo e do liberalismo.

O filme nos coloca a decepção de uma cientista, de um político e de um poeta com os rumos da vida e da sociedade. A partir de um inusitado encontro na ilha medieval de Saint Michel, na França, os três personagens passam a discutir um novo sentido para a humanidade. A trama deixa transparecer a necessidade de se instaurar uma nova cultura aonde o homem não chegue, no dizer de Capra, a quase colapsar sua existência<sup>2</sup>.

A partir deste enfoque voltei-me para a experiência de algumas civilizações que, pela absoluta falta de previsibilidade, construíram sociedades que desapareceram, possivelmente pelo uso indevido, ou insustentável, dos recursos naturais. Evidências destes fatos estão inscritos na ilha de Páscoa, na sociedade Maia, no Império Romano etc. Isto não quer dizer que o uso inadequado dos recursos naturais constitua, por si só, a razão do desaparecimento destas culturas; o que de fato defendo é que há um forte coadjuvante ambiental na crise vivida por estes povos.

Diante deste quadro questioneei à platéia e a mim mesmo se a sociedade urbano-industrial - aquela produzida pela dupla revolução burguesa e indus-

<sup>1</sup> Técnico da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e professor de História da Escola Estadual Presidente João Goulart. Mestre em Ciência Ambiental - UFF.

<sup>2</sup> Ver <http://www.agirazul.com.br>.

trial, no dizer de Hobsbauwn (1977) - é a responsável pelo atual quadro de degradação ambiental. Percebe-se, ao investigar as civilizações supra citadas, que a fragilidade do meio ambiente está ligada, independente do modo de produção, à tomada de decisões políticas insustentáveis das classes dirigentes, nas relações de produção e no convívio social. Se esta constatação levou-me a não satanizar o modo de produção capitalista como o único vilão da tragédia socioambiental, por outro lado não se pode negar que o domínio da técnica pelo mercado potencializou forças ambientalmente destrutivas. Como resposta a esta nova forma de perceber a sociedade, um conjunto de pensadores passou a produzir textos onde se pode enxergar o futuro da humanidade em um tempo mais alargado e mais eqüitativo.

Procurando a gênese dos conflitos socioambientais, encontramos em Drouin (1991:182) uma pista consistente. Para o historiador da ciência, a origem desta crise reside no pensamento teológico da Idade Média que, para além de seu tempo, sustentava a crença de que o homem deveria dominar a natureza fazendo crer que o progresso era infinito. Paralelo a esta mentalidade, e se aproveitando dela, o capitalismo estabelece uma cultura de produção e consumo avassaladora dos bens da natureza e cuja distribuição consolidou-se como socialmente injusta.

A Renascença europeia do século XV, superando a fragmentação da sociedade medieval, constituiu-se no conflito entre a fé e o dinheiro. Desta tensão, surgiram “espíritos” livres que dentro de um espaço muito próprio, as cidades, se sentiram protegidos para desenvolver novas experiências e sensações. Torna-se exemplar, para Fremantle (1992), a relação entre o Papa João XXIII<sup>3</sup> e a família Médici, em Florença, que promoveram uma relação de mútuo interesse onde o conceito de sacro e do profano assumiam significados diferentes de sua origem. É da síntese destes dois elementos que o capitalismo

<sup>3</sup> O constrangimento proporcionado por João XXIII, mais conhecido pelo gosto ao dinheiro e pela política, fez com que a Igreja empossasse, no século XX, outro João XXIII exatamente para desautorizar, ou esconder, a presença de um outro papa cujo comportamento afrontava os clérigos no início do século XV.

vai se legitimar e ganhar adeptos para sua classe de privilegiados. Não é sem razão que o calvinismo vai reinterpretar a espiritualidade a partir do mundo material, valorizando símbolos de distinção social como se fosse uma aprovação divina. Dessa forma, o fim da Renascença, cujas linhas gerais são herdadas pelo Iluminismo, irá marcar o triunfo do mercado em íntima articulação com a ciência e a técnica.

Segundo Lynn White<sup>4</sup>, a partir do século XIX foi colocada a idéia de que o conhecimento científico deveria se desdobrar em força tecnológica. A difusão deste princípio tornou-se o evento mais importante da história da humanidade desde a invenção da agricultura, por mais funestas ou maravilhosas que nos possam parecer seus resultados.

A acumulação de capital neste estágio do desenvolvimento do capitalismo fez com que fosse brutal a exploração da mão-de-obra e a “pilhagem” dos recursos naturais de outros povos. Diante destes fatos, diversos pensadores passaram a escrever e a lutar politicamente para a mudança do mundo em que se vivia.

O século XIX, palco destas manifestações, se destacou principalmente pela crítica de Marx ao capitalismo (1848). A crítica ao capital juntamente com a criação do termo ecologia, de Ernst Haechel<sup>5</sup> (1886) se constituirão como as mais importantes fontes de reflexão de sociólogos e historiadores do século seguinte. Soma-se a estes dois importantes trabalhos, o de Surel (1841), Tribolet<sup>6</sup> (1886), Carl Fraas (1847), Eliséé Reclus (1877), Thoreau (1854) e G. P. Marsh<sup>7</sup> (1864). Destaca-se, ainda, a edição de “A Origem das Espécies”, de Charles Darwin, em 1859, tido como uma das mais importantes referências dos ecologistas modernos.

<sup>4</sup> Citado por Drouin (op. cit: 182).

<sup>5</sup> Ernst Haechel (1886) conceitua o termo ecologia como uma ciência da economia, dos hábitos, do modo de vida e das relações vitais externas dos organismos.

<sup>6</sup> Tribolet contabilizou o número de espécies desaparecidas desde a origem da civilização.

<sup>7</sup> Marsh vem defender a preservação dos solos e a criação de reservas ambientais nos EUA.

Se o século de Marx foi de tênue denuncia dos crimes cometidos pelo homem contra o meio ambiente, o século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, marcará o início da reflexão teórica da relação dos princípios da civilização ocidental com a capacidade de suporte do planeta.

Mais que as denúncias de ambientalistas sobre a perda da biodiversidade e da extinção da flora e da fauna, constata-se que o projeto antropocentrista chegava a sua radicalidade. Segundo Hobsbawm (1995), a emergência da Era de Ouro (1950-1973) para países centrais capitalistas proporcionara um sentimento de satisfação nunca antes visto. Porém, a miséria, o neocolonialismo e a impossibilidade de manter o padrão de consumo de uma minoria, problematizou a agenda não só de opositores deste modelo social, mas também de seus defensores.

“(...) não há como negar que o impacto das atividades humanas sobre a natureza, sobretudo as urbanas e industriais, mas também, como se acabou compreendendo, as agrícolas, aumentaram acentuadamente a partir de meados do século. Isso se deveu em grande parte ao enorme aumento no aumento dos combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás natural etc.), cujo possível esgotamento vinha preocupando os que pensavam no futuro desde meados do século XIX” (op. cit.: 258).

Somando-se a assertiva de Hobsbawm ao pensamento de Altvater (1996), pode-se constatar que a industrialização dos países do primeiro mundo é um luxo para uma pequena parcela da população mundial. Acrescenta o sociólogo alemão que o propalado capitalismo ecológico é um sonho que só produzirá monstruosidades e hipocrisias.

“É uma ilusão, e por isso uma desonestidade, alimentar e difundir a idéia de que todo mundo poderia atingir um nível industrial equivalente ao da Europa Ocidental, da América do Norte e do Japão, bastando para isso que as sociedades menos desenvolvidas “aprendam com a Europa”. A industrialização constitui um bem oligárquico: nem um sequer dos habitantes da Terra pode gozar as benesses da sociedade industrial afluyente, sem que todos os homens sejam colocados numa situação pior do que aquelas em que se encontravam antes” (op. cit.: 28).

Os problemas ecológicos identificados antes da década de 70 não pareciam ser imediatamente explosivos. Porém, a crise socioambiental de séculos ia se acumulando e passara a ser perceptível na saúde, na água que se bebe, no ar que se respira e no alimento que se come. A perda do solo, a destruição das matas e o desaparecimento dos rios e da biodiversidade começavam a preocupar tanto os camponeses quanto ao homem urbano.

“(…) uma taxa de crescimento econômico como a da segunda metade do Breve século XX, se mantida indefinidamente (supondo-se isso possível) deve ter conseqüências irreversíveis e catastróficas para o ambiente natural deste planeta, incluindo a raça humana que é parte dele” (op. cit.: 547).

Diante das evidências da destruição do meio ambiente e do empobrecimento da população, fruto da perversidade dos capitalistas, olha-se com atenção para o marxismo e a sua relação com as questões socioambientais.

### **A crítica ao capitalismo e a ecologia**

Após a queda do Comunismo em 1991, na URSS, muitos autores procuraram no movimento ambiental algo que pudesse sustentar suas utopias ou mesmo reconceituá-las. Altvater (1996) foi um dos que migrou da ortodoxia de Marx para as questões do meio ambiente. Em seu ensaio, defende que a superação dos problemas socioambientais pressupõe uma revolução solar que possibilite uma eficácia industrial/ecológica e sustente a vida humana como a conhecemos. Porém, se há alguma exceção à tendência “verde” dos anos 90 esta reside em István Mészáros. Ao escrever “Para Além do Capital”, em 2002, o filósofo húngaro reafirma a teoria marxista como a mais bem conceituada crítica ao capitalismo e o mais importante instrumento teórico de transformação social. Para além de sua fé na tradição sociológica iniciada em Marx, Mészáros desqualifica a questão ecológica lembrando que a superação do Capital, este sim o grande inimigo da humanidade, passa necessariamente pela luta política entre a classe burguesa e a trabalhadora.

No desenvolvimento de suas idéias sobre o meio ambiente, Mészáros desqualifica a institucionalização das questões ambientais ao afirmar que elas reduzem-se a “Ministérios para Proteção das Amenidades da Classe Média”, pois não são as técnicas de despoluição nem a legislação protetora de biomas que resolverão o problema da miséria e do desemprego (op. cit.: 989). Quanto ao conceito de sustentabilidade, princípio caro ao movimento ambientalista, Mészáros tem a seguinte percepção do problema.

“Assim, não é apenas o modelo (de alto consumo de massa) de crescimento e modernização sem transtorno que se despedaça, mas, ironicamente, é também o slogan do “crescimento sustentado sobre uma base política e social que preserva as possibilidades de um progressivo desenvolvimento democrático” que dá, ideologicamente, um tiro pela culatra, numa época em que se multiplicam os protestos contra a violação das liberdades básicas e a privação dos direitos políticos das massas” (op. cit.: 986).

O sociólogo é contundente ao atacar o “crescimento sustentado” em bases capitalistas, pois o Capital e a racionalidade do planejamento social se mostram antagônicos. Ao versar sobre o capitalismo e a destruição ambiental, denuncia o uso da “questão ecológica” pelas forças de mercado com o objetivo de turvar os reais problemas sociais, políticos e econômicos. Paradoxalmente, afirma que o problema (*ambiental*) é *suficientemente concreto, independente do uso que dele se faça nos dias atuais* (op. cit.: 988). Em sua análise, acrescenta que ambientalista de fato era Marx, que há 125 anos abordou o tema dentro do seu verdadeiro significado socioeconômico. Este ambientalismo se revela na crítica de Marx a Feuerbach:

“Feuerbach... sempre se refugia na natureza exterior, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas, com cada nova invenção, com cada progresso da indústria, uma nova parte arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais proposições feurbachianas se reduz cada vez mais. A “essência” do peixe é a sua “existência”, a água - para retomar apenas uma das proposições de Feuerbach. A “existência” do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo esta água deixa de ser “essência”, deixa de ser um meio adequado de existência, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja

poluído por corantes e outros dejetos, tão logo seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência<sup>81</sup>.

Tanto Marx, quanto seu desafeto ideológico partem do princípio de que existe uma natureza estática e intocada, assertiva refutada por Diegues (2002) em seu livro “O Mito Moderno da Natureza Intocada”. Diegues destaca neste trabalho que tal conceito de natureza intocada não é consistente devido ao fato de que mesmo as áreas remotas nunca estiveram isoladas da intervenção humana. Se algo sobrou do mito da natureza intocada, foi resgatado por setores conservacionista para legitimar suas ações.

No desdobramento desta discussão expõe-se o pensamento de ecosocialistas como Gutelman e Skibberg, que criticam a percepção marxista da natureza como unicamente um “meio de produção”. Gutelman vem defender o conceito de forças produtivas naturais, enquanto Skibberg afirma que a infra-estrutura não só é composta pela forças produtivas do trabalho e pelas relações sociais, mas também pelas forças produtivas da natureza.

Para Deléage (1991), físico e historiador das ciências, a crise ambiental reside na troca, ou no sociometabolismo entre o homem e a natureza. Nesta relação saiu vitorioso o princípio do “valor de troca”, intrinsecamente ligado à oferta e procura, sobre o “valor de uso”, aspecto que vem diferir o modo de produção capitalista de outros. Desta forma, segundo o crítico, o capitalismo potencializaria a destruição dos recursos da natureza, da biodiversidade colocando em risco a sobrevivência da humanidade<sup>9</sup>.

“Marx conçoit aussi, dans Le Capital, la logique tendancielle de détérioration de l’environnement par le mode de production capitaliste”(op.cit.:265).

Neste sentido, o modo de produção capitalista mais parece, para Marx, um modo de destruição do que de produção.

<sup>8</sup> Marx, *A Ideologia Alemã*, apud op. cit.: 988.

<sup>9</sup> Op. cit.: 264 e 299.

Deléage ainda constata que, para Marx e Engels, a sociedade e a natureza se constituem em uma totalidade. No entanto, no desenvolvimento de “O Capital” este tema esgota-se rapidamente para em seu lugar colocar outro dois elementos de sua análise: o capital e o trabalho.

“Dès lors, le rapport société/nature n’a plus été envisagé que dans le cadre d’une théorie purement économique, celle de la rente foncière” (op. cit.: 266).

Este pressuposto conduziu todas as correntes econômicas, inclusive a marxista, a convicção insensata de que a ciência e a tecnologia, superando as limitações da natureza, libertaria o homem da alienação do trabalho possibilitando um futuro previsível e seguro. Ledo engano.

O economista Alain Lipietz (1999), em sua ampla discussão sobre política ecológica, sustenta que é a partir dos tempos modernos que as crises socioambientais surgem subordinadas a economia capitalista. Anteriormente ao século XVI, podia se creditar às crises ambientais a escassez de meios de vida pelo esgotamento dos recursos naturais de um território. Diante deste quadro, uma sociedade do paleolítico, por exemplo, procuraria outro território ambientalmente pouco explorado para que pudessem reproduzir seu modo de produção. Já no período feudal, desenvolve-se outro tipo de crise que não mais se restringia ao esgotamento do uso dos recursos da natureza. Esta nova relação se estabelecia entre os camponeses, que trabalhavam a terra, com os não-produtores, caracterizados pela nobreza feudal. Neste período histórico as crises econômicas de escassez são agora ultrapassadas por uma política de má distribuição da riqueza promovida pelos proprietários da terra (op. cit.: 46).

Com a eclosão da Grande Peste (1346), que reduziu a população europeia à metade, no exato momento de saturação da exploração dos recursos naturais, a situação dos não-trabalhadores, ou da aristocracia parasitária, tornou-se insustentável. A crise entendida como econômico-ecológica-demográfica colapsou os feudos enfraquecendo a aristocracia que vivia da sua exploração.

O surgimento da Renascença, fruto de transformação de técnicas no campo e da superação gradativa das relações feudais, vai se caracterizar pela passagem *de la rente en nature ou en travail à la rente en argent, le passage du métayage au fermage*. Deste período até os tempos modernos, as grandes catástrofes, inclusive as ambientais, não podem mais ser creditadas à super exploração do meio ambiente, mas sim a rapinagem de certos grupos sociais (classe burguesa) sobre a população mundial (op. cit. 48 e 50).

Diante da crise de superprodução, o capitalismo liberal, baseado em Keynes e Ford, possibilitou fazer do seu trabalhador, agora bem remunerado, um consumidor em potencial de seus produtos.

“L'idée de Ford, largement partagée bien sûr par les syndicats, était d'augmenter les salaires des ouvriers. Or le “libre jeu des forces du marché” l'interdisait. Cette insoutenabilité du capitalisme libéral conduisit à la Grande Crise de 1930, au fascismo et à la Seconde Guerre Mondiale (op.cit.: 53)”.

A grande crise dos anos 30, 40 e 50 foi marcada, paradoxalmente, pela oposição de sociais-democratas, fascistas e stalinistas às forças do capitalismo liberal. A tentativa de impor limites ao liberalismo é entendido por Polanyi como uma revolta da sociedade mundial contra a força devastadora do capitalismo. Desta crise nasceria o “Estado do Bem Estar Social”, que de 1945 até 1975 tentou eliminar as crises econômicas e ecológicas sem, contudo, ter sucesso (op.cit.: 53).

Segundo Lipietz:

“Domestiquer le progrès, dans un monde largement régi par le libéralisme, ne sera pas simple. Il faudra reprendre les anciens combats, pour réimposer au marché une régulation sociale, en l'accompagnant cette fois d'une régulation environnementale plus contraignante. Avec cette difficulté supplémentaire que le monde économique et les crises écologiques sont dorénavant globalisés” (op. cit.: 59).

Para Altvater<sup>10</sup> não bastaria regular o mercado para possibilitar um desenvolvimento menos desigual. Seria necessário abandonar um modelo de sociedade baseada na energia fóssil, rompendo com o monopólio das fontes de energia. É por esta razão que países capitalistas se negam a reduzir seu consumo de petróleo e carvão, dificultando o êxito a propalada sustentabilidade econômica e ecológica.

Ao tentar responder se existe um marxismo ecológico, Altvater afirmou que a teoria marxista poderia ajudar a compreender a dinâmica das relações sociais da natureza com a acumulação do capital, mas não a relação da justa distribuição energética entre os habitantes do planeta. Se isto vier a acontecer, este momento histórico marcaria a transição da teoria marxista e suas práticas políticas para uma outra mais afinada com as questões de suporte do planeta.

Para a perspectiva sociológica de Souza (1999), a modernidade como civilização privilegiou a ética do “sucesso” em detrimento de uma visão coletivista, onde a riqueza pessoal, como defendeu Mandeville e Adam Smith, seria indispensável ao funcionamento do capitalismo. Sendo assim, Souza vaticina que se não desviarmos a sociedade do empobrecimento e da destruição ecológica, seremos levados a concluir que a evolução errou estabelecendo o paradoxo de uma inteligência estúpida. Acreditemos que não.

## Bibliografia

- ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Ed. Da Unesp. 1996.
- DELÉAGE, Jean-Paul. *Une histoire de l'écologie*. Édition La Découverte, 1991.
- DIEGUES, Carlos Antonio. *O mito moderno da natureza intocada*. 4<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Annablume: Hucitec, USP, 2002.
- DROUIN, Jean-Marc. *L'écologie et son histoire*. Flammarion, France: 1993.
- FREMANTLE, Richard. *God and money: Florence and the Medici in the Renaissance*. Leo S. Olschki Editore. 1992.

---

<sup>10</sup> Ver [www.ccba.com.br](http://www.ccba.com.br).

HOBBSBAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

LIPIETZ, Alain. *Qu'est-ce que l'écologie politique?* Editions La Découvert. 9 bis, rue Abel-Hovelacque, Paris XIII, 1999.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

SOUZA, Nelson Mello e. *Modernidade: a estratégia do abismo*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

### **Internet**

La Teoria Marxista hoy. Problemas y perspectivas. Décimo octava clase. " Existe un Marxismo Ecológico?", Elmar de Altvater. In: [www.ccba.com.br](http://www.ccba.com.br).